

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A NECESSÁRIA RESISTÊNCIA E LUTA PELO DIREITO UNIVERSAL À SAÚDE

Andreia de Oliveira (entrevistada)¹
Marluce Souza e Silva (entrevistadora)²

1. Com a Constituição Federal de 1988 conquistamos uma política de saúde universal e gratuita que está sob a responsabilidade executiva do SUS, mas agora enfrentamos a EC 95/2016 que congela o financiamento do SUS por 20 anos, que já sofria sérias dificuldades na garantia da assistência universal. O que você acredita que vai acontecer com o SUS se permanecermos com a referida Emenda?

Andreia de Oliveira: A história do SUS tem sido marcada pela falta de recursos suficientes e compatíveis com a lógica de um sistema universal de saúde. A aprovação da emenda constitucio-

¹ Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade do Sul de Santa Catarina (1992), Mestrado em Saúde Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000), Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012) e Pós-Doutorado na Universidad de Alicante/Espanha (Grupo de Investigación en Salud Pública, Facultad de Ciencias de la salud, 2019-2020).
e-mail: andreiaoliveirasus@gmail.com ou andreiao@unb.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8759-059X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0056976365794825>

² Graduada em Serviço Social e mestre e doutora em Política Social, pela Universidade de Brasília, editora-responsável da Revista Direitos, trabalho e política social e docente no curso de graduação em Serviço Social e no Mestrado em Política Social – UFMT.
E-mail: marluce.ass@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0666-9480>
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7084688088642698>



nal do teto de gastos agrava essa situação, mas para além disso representa o descompromisso com a universalidade do direito à saúde em prol do setor privado, ou seja, a saúde como mercadoria. A EC 95/2016 elaborada e proposta no governo golpista de Michel Temer faz parte de um movimento mais geral de desconstrução de políticas públicas, e aprofundamento do neoliberalismo e medidas de austeridade que ferem diretamente o direito à vida. A EC 95/2016 vem, portanto, vinculada a outras propostas de privatização, muito bem articulada pelos setores empresariais que se juntam para abocanhar os recursos públicos de saúde. Exemplo disso, foi o recente anúncio pelo Governo de Jair Bolsonaro, por meio de seu Ministro da Saúde General Eduardo Pazuello, da revogação de inúmeras portarias da Política Nacional de Saúde Mental, impulsionada pela posição da Associação Brasileira de Psiquiatria (APB) e de um conjunto de atores históricos representantes de um campo político ideológico em favor do modelo hospitalocêntrico. A proposta ataca diretamente os fundos públicos da área da saúde mental, altera o modelo assistencial com a desestruturação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Tudo isso para favorecer o setor privado na área de saúde mental, especialmente as corporações da área psiquiátrica, proprietários de hospitais e entidades filantrópicas e do terceiro setor. O que quero dizer é que a EC 95/2016 não poder ser analisada isoladamente e de quem a propôs, pois há um conjunto de forças articuladas e defensoras de políticas pró-mercado da saúde, com tendência a produzir uma barbárie sanitária, uma tragédia anunciada num país tão desigual.



2. Quais tem sido as maiores ameaças e obstáculos para o SUS?

Andreia de Oliveira: Avalio que as principais ameaças e obstáculos para o SUS é a sobreposição dos interesses econômicos lucrativos em uma clara disputa pelos fundos públicos e pelo fortalecimento da mercantilização da saúde, num contexto em que falta a penetração das pressões democráticas de base, defensoras da saúde como direito social. Tais interesses privatistas e mercantilista é favorecido pela existência de um sistema político e eleitoral de matizes conservadoras e reacionárias que obstaculizam historicamente os avanços na expansão da cidadania e dos direitos econômicos, culturais e sociais. Em que pese a heterogeneidade do SUS, seus problemas de ordem assistencial, de financiamento, de recursos humanos, a sobrevivência da universalidade do SUS depende dos governos, mas fundamentalmente da população e da sociedade. Mas nisso está um paradoxo: a população quer ser atendida no SUS universal e de qualidade, mas vota e elege quem é contrário ao SUS e defende a sua privatização.

3. O SUS já estava padecendo de atenção governamental a muito tempo? Os governos petistas também são responsáveis pela atual degradação do sistema? O governo progressista do PT também contribuiu para a corrosão do SUS?

Andreia de Oliveira: Os avanços legais na política de saúde no Brasil se constituem em importantes conquistas, mas não suficientes. Ao mesmo tempo em que a CF/1988 garante a saúde como um direito de todos e dever do Estado, também prevê que a assistência à saúde



de é livre a iniciativa privada. Tal prerrogativa perpetua e acirra as disputas na relação público x privado, principalmente em contexto neoliberal. Nesse sentido, os governos petistas implementaram importantes ações e políticas, por vezes bem diferentes dos governos que o precederam e sucederam, a exemplo da criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), ênfase em ações voltadas para grupos específicos, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher dentre outros. Entretanto, os governos petistas apesar das diferenças, não conseguiram romper com as raízes neoliberais. Se perpetuou a defesa de um sistema público de saúde, entretanto com uma tendência a flexibilização, sobretudo com adaptações implementadas por meio de diferentes modalidades de gestão.

4. Você considera que o SUS foi o maior responsável pelo valente combate à Pandemia, mesmo contando com servidores com idade acima dos 50 anos, com Secretarias Estaduais que completam 18 anos sem realização de concurso público e sem que estados e municípios tivessem equipamentos de proteção individual (EPIs) para os trabalhadores da saúde?

Andreia de Oliveira: Sim, concordo plenamente. Sem o SUS outros milhões de brasileiros teriam morrido. Entendo que a pandemia apesar da tragédia sanitária, a população foi apresentada ao SUS, que passa a reconhecer sua importância e necessidade de sua existência. Entretanto, as ações relevantes de enfrentamento a Covid 19 além da ausência de coordenação nacional, foram sabotadas de forma criminosa pelo presidente Jair Bolsonaro que incentivou aglomerações, desarticulou medidas de proteção de populações vulneráveis, testes



armazenados sem uso e recursos financeiros retidos. Tal situação levou os governadores, prefeitos e secretários municipais de saúde atuarem para minimizar a tragédia sanitária, assegurando e demonstrando a importância do SUS para o enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia da Covid – 19. No entanto, o SUS precisa de recursos humanos, materiais, financiamento e ampliação da rede pública para conter a circulação do coronavírus e cumprir o seu papel na promoção, proteção e recuperação da saúde. Para isso, é imprescindível uma coordenação nacional, articulada com os Estados e municípios, com orçamento suficiente e utilizado para fortalecer a rede pública e não para subsidiar e ampliar o segmento privado.

5. O SUS dispõe de uma rede de instituições de ensino e pesquisa como universidades, institutos e escolas de saúde pública que interage com as secretarias estaduais e municipais, Ministério da Saúde, agências e fundações. O papel desta rede está sendo importante para o enfrentamento do Covid-19? De que forma?

Andréia de Oliveira: O Papel das instituições públicas como as Universidades Federais, Fiocruz, Vigilância sanitária e epidemiológica dos Estados tem sido fundamentais em diversos campos em que atuam. Identificaram o genoma do Vírus, desenvolveram kits diagnósticos, desenvolveram protocolos de pesquisa e de cuidado em saúde, capacitaram recursos humanos e produzirão vacinas em parcerias com laboratórios farmacêuticos internacionais. Sem essa rede de proteção do SUS a situação teria ficado muito caótica. A falta de uma Coordenação Nacional, papel reservado ao Ministério da Saúde, que se omitiu e foi conivente com o pen-



samento hegemônico do Governo Bolsonaro desde o princípio, acarretou atrasos em encaminhamentos estratégicos que teriam salvado vidas.

6. Registramos no Brasil, na data de 12/12/2020 um total de 181.123 mortes por Covid-19, isso significa mais da metade de população de Cuiabá, e agora o número de mortes começa a crescer novamente em quase todas as regiões do Brasil e chegando nas últimas 24 horas a 686 óbitos. Como você analisa isso?

Andréia de Oliveira: As mortes são em grande parte de responsabilidade do Governo Bolsonaro, que atuou no sentido de desconsiderar a letalidade da pandemia e desqualificar as orientações das autoridades sanitárias internacionais (OMS) e dos cientistas do mundo inteiro, inclusive do Brasil. Optou pelo caminho das ações populistas focada em seus seguidores políticos, disseminando informações falsas e promovendo aglomerações. Fez um péssimo “trabalho” e infelizmente mais mortes acontecerão nos próximos dias, pois o comportamento do Presidente e de seu Ministro da Saúde cujo negacionismo criminoso tem levado a vida de milhares de brasileiros. A falta de uma coordenação nacional para a vacinação contra a Covid -19 é mais um exemplo do descompromisso desse governo com a saúde da população, desconsidera a experiência dos programas de imunização no SUS, inclusive de reconhecimento internacional.

7. Hoje grande parte dos hospitais universitários estão sendo geridos pela Empresas Brasileiras de Serviços Hospitalares - EB-SERH ou por outras organizações Sociais. Você acredita que elas



estão desempenhando com presteza os serviços e o atendimento especializado, necessário ao tratamento do COVID-19, à população que procura os hospitais públicos?

Andréia de Oliveira: Como já mencionada em pergunta anterior, a concepção original do SUS vem sendo flexibilizada por meio de estratégias políticas e de forças sociais concorrentes com o SUS público e universal. Tais propostas no âmbito da gestão têm sido recepcionadas sob o registro de implementar maior eficiência e melhorar a administração desses serviços, sem, contudo, problematizar o próprio setor privado com seus problemas, limites, imperfeições e seu foco na lucratividade. Não estou desenvolvendo nesse momento nenhum estudo em que eu possa apresentar dados analíticos sobre a atuação da EBSEH no contexto da pandemia da Covid -19, mas posso falar a partir de estudos anteriores em que se observou o aumento da precarização das condições de trabalho, número de profissionais insuficientes para a demanda, além da subutilização da capacidade de atendimento dos hospitais universitários, especialmente para as demandas referentes ao atendimento especializado de alta complexidade. Compreendo que esse contexto dos hospitais universitários sob a gestão da EBSEH possa ter trazido dificuldades ainda maiores nesse momento da pandemia.

8. Não está dentro do nosso plano, mas você como professora universitária, pode discorrer um pouquinho sobre a possibilidades de as Organizações Sociais começarem a fazer também a gestão das Universidade Federais de Ensino, conforme apregoa o projeto FUTURE-SE?



Andréia de Oliveira: O denominado Future-se é mais uma expressão dos preceitos econômicos e políticos (ultra) neoliberais que vem sendo imposto pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro e submetendo as Instituições Federais de educação superior às normas e regras do mercado. Com a pandemia da Covid-19 me parece que ficou ainda mais explícito que os países necessitam de uma rede de proteção social, estatal, pública e universal. No âmbito da crise sanitária e social decorrente da pandemia da Covid-19 as Universidades Públicas e os Institutos Federais tem desempenhado papel indispensável, visto que a maior parte da pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico ocorre no âmbito dessas instituições públicas. E isso ficou evidenciado na pandemia, como já mencionado. Entretanto, os ataques as Universidades Públicas e Institutos Federais persistem e tem sido uma constante no governo de Jair Bolsonaro. A sociedade precisa se manter vigilante e em luta constante, pois riscos de aprofundamento das privatizações e transferência da gestão para setor privado, a exemplo das Organizações Sociais é uma possibilidade. Com um governo que banaliza a vida e institui a barbárie, tudo é possível.

9. A sociedade científica está fazendo história ao avançar na produção de uma vacina em um tempo recorde, o que tem sido um grande desafio, mas também uma grande oportunidade para a valorização da ciência, das universidades e dos cientistas brasileiros que estão no Brasil e fora do Brasil. Contudo, ainda assim enfrentamos desafios políticos com parte da população que não acredita na vacina. Como você explica isso?



Andreia de Oliveira: De fato, a produção em tempo recorde de diferentes tipos de vacinas contra o Sars-Cov -2, vírus causador da Covid-19, expressa os avanços extraordinários nas ciências biomédicas. No caso Brasileiro, a capacidade nacional de produção de vacinas por laboratórios públicos centenários, como o da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Butantã entre outros, não foi somente ignorada pelo Governo Federal, mas motivo de campanha de desinformação e insinuações bizarras por parte do Presidente da Nação.

Enquanto alguns países iniciam a vacinação e a Organização Mundial da Saúde fortalece a importância da estratégia global de imunização, o Presidente do Brasil mantém sua posição negacionista contra as medidas para o controle da pandemia, sendo o foco do momento desinformar e desacreditar a vacinação.

O país se aproxima dos 200 mil óbitos provocados pela doença, número superado no mundo apenas pelos Estados Unidos e, apesar disso, está não somente atrasado na organização da vacinação, na aquisição dos insumos (seringas e agulhas) mas também enfrenta a desorganização do Ministério da Saúde e a politização insana da pandemia.

Concomitante ao negacionismo e politização criminoso do presidente da república e seus seguidores, a desorganização do Ministério da Saúde que ignora a potencialidade da nossa histórica e reconhecida Política Nacional de Imunização no SUS, com capacidade de vacinar a população brasileira com universalidade, equidade e igualdade, está também sob negociação a vacinação na rede privada, tendo em vista o já anunciado processo de negociação de compras de vacinas pelas clínicas privadas com laboratório Bharat



Biotech da Índia. Situação que não somente agrava o controle da pandemia, mas também expressa a perversidade e incivilidade presente em tal proposta.

O momento requer fortalecimento do SUS, da saúde como direito social e resistência por parte da sociedade para fazer a contraposição a necropolítica desse governo e dos setores mercantis da saúde.

10. Para encerrar apresente suas impressões sobre outras questões que envolvem a assistência à saúde da população brasileira e que não foram mencionadas aqui. Obrigada.

Andréia de Oliveira: O contexto da pandemia da Covid -19, agravou a recessão econômica, acentuou as políticas de ajustes e de austeridade fiscal para os pobres, com aprofundamento dos retrocessos no campo dos direitos sociais e da democracia brasileira. O que já se mostrava um cenário desafiador no governo de Michel Temer, com a aprovação da Emenda Constitucional EC 95/2016, que limitou os gastos com as políticas sociais, constituindo um grave ataque à Seguridade Social, as medidas em curso no governo de Jair Bolsonaro têm desconfigurado a Seguridade Social brasileira, com medidas predatórias para os direitos sociais, que ameaçam não somente a nossa frágil democracia, mas sobretudo nas nossas condições básicas de vida e de sociabilidade.

No caso da saúde, passados mais de 30 anos da existência do SUS, podemos dizer que sua proposta inicial foi sendo descaracterizada por arranjos institucionais, administrativos e adequações gerenciais, estabelecidas pelo receituário neoliberal ao qual nenhum governo cogitou romper. Ao ponto que podemos dizer que na atua-



lidade quem tem definido de fato a política de saúde no Brasil é o mercado. É o setor privado. Entretanto, a história não linear e estática, ao contrário, é contraditória, complexa e está sempre em movimento. E aí reside a nossa capacidade de reação, de resistência para enfrentar a naturalização da barbárie que sob a égide da acumulação capitalista tem levado o mundo a direção similar em quase todas as partes. Assim, cabe a todos nós manter a resistência e a luta, pelo direito a saúde, nas palavras da canção Chilena de Victor Jara, por “El derecho de vivir en paz”.

